

A constituição de saberes e sujeitos coletivos em atividades de catação de materiais recicláveis

Nadia Scariot¹, Walter Frantz²

Resumo

O artigo foi elaborado a partir de um contexto de pesquisa, vinculada a estudos de pós-graduação. Buscou-se identificar saberes profissionais e emancipatórios em atividades coletivas de catação, seleção e comercialização de materiais recicláveis. Em termos amplos, orientou-se pela hipótese de que esses saberes contribuem, através do processo de socialização profissional, para a organização cooperativa, isto é, para as novas relações entre as/os catadoras/os e, conseqüentemente, possibilitam empoderamento nas relações de mercado e maior autonomia em relação ao seu trabalho, levando-os a se afirmarem como sujeitos coletivos de poder pela associação e cooperação. No processo de produção de dados para análise e interpretação, fez-se uso da metodologia de “histórias de vida”, realizando três entrevistas com o auxílio de questões semiestruturadas. Trata-se de uma abordagem da realidade social vivida pelos sujeitos pesquisados e a possibilidade de transformação dessa realidade pelos próprios sujeitos envolvidos no processo. Tendo a educação popular como método e práticas educativas de aprendizagem, os catadores de materiais recicláveis constituíram saberes profissionais e socialização profissional, possibilitando-lhes maior autonomia de trabalho e emancipação social.

Palavras-chave

Catadores de materiais recicláveis. Emancipação social. Saberes profissionais. Socialização profissional. Histórias de vida.

¹ Doutora em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil; período sanduíche na Universidade de Coimbra, Portugal; professora da rede pública municipal de Santana de Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: nadia.scariot@gmail.com.

² Doutor em Ciências Educativas (Sociologia, Pedagogia, Ciências Políticas) pela University of Münster, Alemanha; estágio pós-doutoral na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil; professor titular da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: wfrantz@unijui.edu.br.

The constitution of knowledge and collective subjects in activities related to collecting recyclable materials

Nadia Scariot³, Walter Frantz⁴

Abstract

This research has its origin in a context of research, linked to post graduation studies. It tried to identify professional and emancipatory knowledge in collective activities dedicated to recollection, selection and commercialization of recyclable materials. In a general sense, it was guided by the hypothesis that these pieces of knowledge contribute, through the process of professional socialization, to the cooperative organization, in other words, to the new relationships between waste pickers and consequently, enable empowerment in the market relationships as well as greater autonomy in relation to their work. That is to say, conducting them to reassure themselves as collective subjects of power, by association and cooperation. During the process of data production for analysis and interpretation, it used the methodology of “life stories”, performing three interviews with the support of semi-structured questions. It is an approach of social reality lived by the researched subjects and the possibility of transformation of that reality by the same subjects involved in the process. Having the popular education as a method and learning educational practices, the recyclable material pickers would acquire professional knowledge and professional socialization, achieving greater work autonomy and social emancipation.

Keywords

Recyclable material pickers. Social emancipation. Professional knowledge. Professional socialization. Life stories.

³ PhD in Science Education; Regional University of the Northwest of the State of Rio Grande do Sul, Brazil; sandwich period at the University of Coimbra, Portugal; public school teacher in Santana de Livramento, State of Rio Grande do Sul, Brazil. E-mail: nadia.scariot@gmail.com.

⁴ PhD in Educational Sciences (Sociology, Pedagogy, Political Sciences), University of Münster, Germany; postdoctoral internship at the University of Vale do Rio dos Sinos, State of Rio Grande do Sul, Brazil; professor at the Regional University of the Northwest of the State of Rio Grande do Sul, Brazil. E-mail: wfrantz@unijui.edu.br.

Introdução

Neste texto, busca-se identificar a construção de saberes em práticas de coleta, seleção e comercialização de materiais recicláveis com o objetivo de compreender processos relativos à socialização profissional de catadores, com potenciais de emancipação e autonomia, com perspectivas de afirmarem seu trabalho como uma profissão – conforme previsto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 397 de outubro de 2002, sob o código 5.192-5) – no contexto do mercado de materiais recicláveis. Porém, não apenas pela construção de saberes técnicos em si, mas, também, de saberes relativos a questões sociais de associação, cooperação e poder em contextos específicos de coleta, seleção e comercialização nas relações de mercado.

Quanto à catação de materiais como fenômeno social, trata-se de uma prática histórica, em âmbito nacional, diante da problemática do desemprego e descarte de materiais, seja pela necessidade de consumo em si ou pelo consumismo (JESUS, 2014). A prática da coleta pode ser considerada como uma das formas de convivência e organização mais primitiva dos humanos, considerando-se o seu processo evolutivo (LENSKI, 1977). No entanto, embora não se deva desconhecer as enormes diferenças entre sociedades históricas, com a referência às antigas sociedades, apenas se quer sinalizar a problemática da sobrevivência como uma questão central aos seres humanos. Na atualidade, essas práticas implicam tanto possibilidades de disputas quanto de associação, considerando-se as fragilidades dos catadores e as relações sociais de mercado. Afinal, nas relações de mercado, normalmente, a possibilidade de submissão das atividades de catação a condições de concorrência é maior que as de cooperação, estando os indivíduos no limite da luta pela sobrevivência (BARROS, 2015).

Os catadores de materiais recicláveis, sem meios próprios de produção e reprodução, portanto, sujeitos à dependência da produção de descartes, a partir deles precisam *produzir mercadorias* para sua inserção ou reinserção nas relações sociais monetizadas de uma economia de troca em busca de sobreviverem. Muitas das práticas atuais de coleta, seleção e comercialização, embora expressem procedimentos de reciclagem, são atividades vinculadas, exclusivamente, à sobrevivência das pessoas envolvidas (LISBOA, 2013).

No contexto da sociedade brasileira, essas práticas de coleta de materiais recicláveis em lixões urbanos são retratadas, historicamente, por uma obra já clássica sob o título *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus (2014), escrito na década de 1950. Em 2014, no prefácio do livro, Audálio Dantas (2014, p. 6-8), escreveu: “os quartos de

despejo, multiplicados, estão transbordando”. Na atualidade, essa realidade se ampliou pela inclusão negativa de milhares de pessoas. Segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2013, no Brasil, cerca de 400.000 pessoas viviam da catação e reciclagem de lixo, constituindo um universo de 1.400.000 pessoas que dependem do trabalho em lixões (LISBOA, 2013). O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) estimou, em 2019, em cerca de 800 mil, sendo cerca de 70% mulheres⁵. Pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) a informalidade, em 2019, atingiu 41,6% dos trabalhadores do país.

Nas últimas décadas, pode-se entender que o premente atendimento às necessidades básicas materiais levou milhares de pessoas a buscarem a sua sobrevivência através da catação em lixões urbanos e comércio de sobras descartáveis, a exemplo do aterro sanitário do Jardim Gramacho, no município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, iniciado em 1978 e encerrado no ano de 2012. Hoje, o aterro é explorado por um consórcio de extração de gás resultante do processo de decomposição do lixo, tendo sido os catadores excluídos dessa economia nascida do depósito de lixo (BARROS, 2015).

Entretanto, o que se pode observar é que, em situações de suas práticas de coleta seletiva e comercialização, como reação às dificuldades, aos poucos, os catadores passam a somar esforços estratégicos de organização coletiva, através de associação e cooperação com o objetivo de se integrarem, efetivamente, ao mercado da reciclagem (LISBOA, 2013). Segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), milhares de catadores estão vinculados a cooperativas ou associações. Nesse processo de integração, segundo Carla Lisboa, pesquisadora do IPEA (2013, p. 62), “o catador tenta construir uma identidade própria perante a sociedade e, ao mesmo tempo, desenvolver na categoria o sentimento de autoestima e de orgulho da atividade”. Isto é, objetiva reconhecimento por parte da sociedade, através de sua reintegração social e econômica, agora, porém, como sujeito coletivo. Esta é a base da Economia Solidária. Paul Singer (2002, p. 83) define que na dinâmica de um empreendimento econômico solidário o capital da empresa é apropriado por aqueles que dela fazem parte, pois todos são seus proprietários e todos os trabalhadores têm o poder de decisão. Para o autor, a Economia Solidária apresenta-se como alternativa de trabalho e renda para muitas pessoas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal. Entretanto, para que ela vire processo é importante que, além de proporcionar renda e trabalho para as pessoas, proporcione também uma convivência solidária entre as pessoas.

⁵ <http://mncr.org.br/sobre-o-mncr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em: 7 out. 2020.

Certamente, a busca por formas de organização coletivas é uma questão estratégica para constituir poder de atuação, no contexto do mercado. Para além de contribuir à consolidação de *uma identidade própria perante a sociedade*, constitui-se também em oportunidades para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de processos de educação e aprendizagem (FRANTZ, 2008).

Essa questão estratégica, além dos muitos desafios organizacionais, traz também como necessidade o desenvolvimento de uma socialização profissional, mediante a aquisição de novos saberes e práticas. O desenvolvimento de uma socialização profissional tem se mostrado uma ação possível para trabalhadores que passaram a integrar empreendimentos econômicos solidários. Nesse sentido, a Lei nº 12.305/10, nomeada Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), enfatiza, entre outras coisas, que o reconhecimento profissional da atividade de catação e o “incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas e outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010) são conquistas que expressam afirmação e reconhecimento social e político dos sujeitos da catação e reciclagem dos resíduos sólidos.

Os dados empíricos do presente texto foram retirados de uma pesquisa qualitativa, que privilegiou relatos biográficos de histórias de vida dos catadores, a partir de entrevistas. Josso (2004, p. 61) afirma que “três níveis de análise em profundidade permitem caracterizar as grandes etapas do trabalho biográfico ao longo do processo: evidência do processo de formação, evidência do processo de conhecimento e evidência dos processos de aprendizagem”. No entanto, também foram usados como instrumentos para coleta de dados: observação participante, diário de campo, além de pesquisa bibliográfica. Foram entrevistados catadores de materiais recicláveis pertencentes a diversas associações, em diferentes municípios gaúchos.

A escolha dos entrevistados não foi aleatória, mas ocorreu pela proximidade, isto é, decorreu pelos vínculos estabelecidos com as associações, devido ao envolvimento com a problemática da reciclagem, buscando-se conhecer diferentes iniciativas e experiências. Foram realizadas três (3) entrevistas para coletar relatos biográficos, sendo entrevistados duas (02) catadoras e um (01) catador. Visando preservar a identidade dos relatantes, estes serão nominados por: Catadora 1, Catadora 2 e Catador 1. Os relatos foram gravados e, posteriormente, transcritos. A forma verbal dos relatos foi mantida pelo fato de que pelas falas

é possível também perceber a sua visão de mundo. Todos concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁶.

Após a transcrição, foi organizada uma roda de conversa com catadores de uma dessas associações, com a intenção de socializar e debater os resultados dos relatos. Segundo Campos (2000, p. 36), o método da roda, tendo como objetivo constituir coletivos organizados, “implica construir capacidade de análise e de cogestão para que os agrupamentos lidem tanto com a produção de bens e serviços quanto com sua própria constituição”. A escolha dessa associação deveu-se ao fato de já estar, há mais tempo, organizada e melhor estruturada com galpão, maquinários e realizar, em parte, a coleta seletiva do município, possuindo experiência de gestão de grupo.

Para fazer a análise dos dados e informações coletadas utilizou-se entendimentos produzidos pelos próprios catadores, acerca do tema em questão e reflexões desenvolvidas a partir do entrelaçamento de leituras preparatórias e observações feitas na prática. Além disso, contribuíram para a análise a convivência com catadores nos seus espaços de trabalho, a participação em eventos da reciclagem e estudos já realizados anteriormente (SCARIOT, 2015). Enfim, através da convivência com catadores e suas experiências de organização da reciclagem, procurou-se observar a emancipação social, que se traduz na emergência de novos saberes e na constituição de uma socialização profissional entre os catadores, tendo presente as seguintes questões: Que saberes profissionais o catador desenvolve na sua atividade?; A socialização e os saberes desenvolvidos contribuem para a emancipação social dos catadores?; Está emergindo uma socialização profissional entre os catadores?

Para se chegar a respostas das questões formuladas foram elencados indicadores com o objetivo de identificar se uma socialização profissional estaria ocorrendo ou não entre os catadores entrevistados: a existência de uma *ação contínua*; a aquisição de *tecnologias próprias e adequadas às condições* de trabalho; a incorporação de uma *linguagem comum* capaz de traduzir os conhecimentos do grupo.

As falas apresentadas são dos catadores já mencionados acima. A Catadora 1, à época com 60 anos, é uma liderança nacional do MNRC; a Catadora 2, com 30 anos, também é participante ativa do MNCR que, apesar de ser uma pessoa ainda jovem, assumiu a liderança de um empreendimento de catadores; o Catador 1, que contava 65 anos de idade, coordenador de uma associação, composta por seus familiares (filhos, genros, noras – 16 pessoas), não é associado ao MNCR.

⁶ Conforme Registro da Pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa, número 1.297.394 A.

Na análise e interpretação dos três relatos e das manifestações, a partir da roda de conversa, partiu-se do pressuposto de que a observância de uma socialização profissional e de novos saberes, mesmo que embrionários, indicam que está ocorrendo um processo de emancipação social entre os catadores entrevistados, ou seja, de que a emergência de saberes profissionais contribui para a emancipação social dos catadores. Embora a análise, aqui apresentada, refira-se aos catadores e às associações que foram observadas como empírico dessa pesquisa, presume-se que a socialização e o desenvolvimento de saberes – profissionais e emancipatórios – também estejam ocorrendo, em grau maior ou menor com catadores de outros coletivos, tendo em vista a dinâmica de relações sociais em processos de associação e cooperação. “Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se, assim, as práticas cooperativas em processos educativos e em processos de poder” (FRANTZ, 2013, p. 89).

O texto está dividido em três partes. A Introdução menciona os objetivos do trabalho, os critérios de escolhas dos entrevistados, bem como o contexto social que motivou o estudo e os conceitos teóricos que contribuem para compreendê-lo. Na segunda parte, faz-se o imbricamento das falas dos entrevistados com as citações de diversos autores, na intenção de corroborar as questões levantadas pela pesquisa. As Considerações Finais fazem uma síntese do que foi discutido ao longo do trabalho, demonstrando a emergência de saberes e de uma socialização profissional entre os catadores de materiais recicláveis pesquisados.

Saberes experienciais e profissionais na constituição de uma socialização profissional para emancipação social de catadores de materiais recicláveis

Parte-se do entendimento que o atual contexto das transformações ocorridas no mundo do trabalho exige um trabalhador polivalente, capaz de se readaptar constantemente às mudanças informacionais e tecnológicas, pode-se concluir pelo motivo que levou milhares de pessoas a trabalharem na catação. Assim, a falta de uma melhor preparação técnica e intelectual, a premência de atender as necessidades básicas de sobrevivência somada à questão ambiental, que exige que se reutilize o que pode ser reaproveitado, fez emergir a figura do catador como trabalhador (LISBOA, 2013).

Na fala da Catadora 1, isso pode ser observado quando ela diz: “O que me aconteceu de eu ir pro lixão foi de... de não tê, as vez, um alimento pra dá pros filhos, porque eu trabalhava de doméstica [...] e na época empregada doméstica não tinha salário [...]. Aí, então, eu fui pro lixão que lá a situação parecia melhor de viver”. Da mesma forma, o Catador 1

conta que, anteriormente, havia trabalhado na lavoura, como empregado no comércio, como servente de pedreiro, porém, em intervalos a estes trabalhos, sempre voltava a trabalhar na lavoura, geralmente, em períodos de safra. A partir de 2007, devido à dificuldade de conseguir um trabalho melhor, começou a trabalhar como catador em um lixão urbano⁷.

Na percepção da Catadora 1, a renda auferida no lixão é superior à renda de outros profissionais, reconhecidos socialmente: “dizem que o catador tá numa situação desumana. É, tá numa situação desumana, mas ele ganha melhor que um professor quando ele vai pra ali pra trabalhá”. O Catador 1 afirma que com a reciclagem, na associação, “sai o salário de todos [os associados], sai água e luz, daí tu paga toda essa conta, tudo. [...] Eu nunca pensei em abandonar a reciclagem por causa de outro serviço”. Para a Catadora 1, o que “precisa é reconhecimento pelo trabalho [...], ser remunerado, porque o catador ainda presta um grande e relevante trabalho pro meio ambiente e não recebe nada”. Sob essa ótica e avaliação, abre-se uma perspectiva de profissionalização à atividade da reciclagem.

No entanto, a renda de um catador oscila bastante (LISBOA, 2013), pois o mercado da reciclagem acompanha o mercado econômico, uma vez que as demandas da indústria ditam a necessidade dos materiais, bem como os valores que serão pagos aos catadores. Segundo o Catador 1, “nós chegâmo a ganhá, aqui, dois mil, [...] mas agora o material baixou”. No caso dos catadores da associação, a qual o Catador 1 pertence, a renda média mensal, no início do segundo semestre de 2016, foi de R\$ 600,00⁸. Embora este valor seja inferior ao do salário mínimo, à época em torno de R\$880,00, consideram-no um valor importante.

Além do financeiro, existem outros fatores que os mantêm associados. Na associação do entrevistado, observou-se que, após a refeição do almoço e em demais períodos de descanso, os catadores se reúnem para jogar cartas, apenas amistosamente, o que reforça os laços de pertencimento ao grupo e os faz sentirem-se bem neste trabalho. Uma catadora dessa associação, após a rodada de conversa com o grupo, contou que se sente bem trabalhando ali pelo reconhecimento que tem, pois quando necessitam faltar ao trabalho para cuidar de um familiar, por exemplo, não têm a preocupação de serem demitidos por conta dessa falta. Percebe-se que as relações nesse molde de empreendimento ultrapassam a dimensão puramente econômica, pois, como afirma Singer (2002, p. 83), a Economia Solidária é mais que um modo de produção, é também um novo modo de vida, de relações, pois está embasada na solidariedade entre as pessoas, no estabelecimento de laços de confiança e na participação

⁷ Termo usado para o lugar destinado aos resíduos recolhidos, que se encontram dispostos de forma ambientalmente incorreta, sem tratamento do chorume e do gás produzido.

⁸ Informação fornecida pelos catadores na roda de conversa realizada no dia 30/06/2016.

dos trabalhadores. “O fenômeno da associação, com o sentido de aproximação, identidade, solidariedade, colaboração, cooperação, entre pessoas ou grupos sociais, pode-se estender do campo das ideias até às práticas sociais, sejam elas práticas da cultura, da política ou da economia” (FRANTZ, 2013, p. 87).

Observou-se, também, que aparelhos celulares com aplicativos de WhatsApp e Facebook são bastante utilizados pelos catadores, mesmo nos momentos em que estão trabalhando, trocando informações sobre o que ocorre no cotidiano da reciclagem ou, além dos associados, comunicam-se também com membros das entidades apoiadoras – MNCR, FLD⁹. “O envolvimento dos associados com as atividades de organização e funcionamento da cooperativa constitui um processo educativo [...] promove aprendizagens decorrentes da interação entre os associados [...] ou outros interlocutores, presentes no espaço da cooperação” (FRANTZ, 2013, p. 91). A comunicação constitui processos sociais de aprendizagem (MARQUES, 2006).

De outro lado, apesar do avanço verificado nos últimos anos em relação à luta pelos direitos sociais e contra preconceitos raciais (SOUZA; VASCONCELOS, 2013), uma situação que ainda se repete em quase todas as falas dos catadores entrevistados nesse estudo é a discriminação que sofrem, seja por estarem nesta atividade ou por serem pobres e negros. O Catador 1 comenta que a vida de catador “tem até um emprego digno [...] só que as pessoas se assustam, acha que [catador] é ladrão. [...]. O papeleiro, ele é muito discriminado”. Um catador contou que, mesmo sendo trabalhadores, as “pessoas das lojas”, quando catadores entram para comprar, olham para a cor da pele e não os tratam bem, porque pensam que eles não têm dinheiro. A Catadora 1 contou que, ao entrar numa loja para comprar um tênis de marca, como ela diz, o funcionário lhe disse: “pra vocês é do outro lado¹⁰”. Ela diz ter respondido à provocação, argumentando que tinha dinheiro para comprar ali e que exigia que lhe mostrasse o tênis que ela havia pedido. A reação pode ser interpretada como expressão que denota postura de se assumirem como profissionais em busca de identidade e emancipação.

Nas entrevistas dos relatos das histórias de vida, o que chamou atenção foi o fato de que, quando perguntados se a vida melhorou após entrarem na associação, associarem isso ao poder de compra que passaram a ter e, na sequência, citam as situações de preconceito com que se defrontam: no imaginário dos funcionários do comércio, um catador não tem dinheiro para comprar algo de maior valor econômico. Como reação, parece fazerem questão de

⁹ Fundação Luterana de Diaconia, que financia diversos programas e projetos sociais para catadores.

¹⁰ No outro lado da Loja havia uma seção de calçados com preços inferiores.

mostrar que, embora sendo catadores, a renda conseguida neste trabalho lhes permite comprar objetos de maior preço, denotando afirmação de identidade profissional. Ainda sobre a questão da discriminação que sofrem por serem catadores, a Catadora 2 conta que “nas lojas, na comunidade, tem uns que respeitam, mas tem outros que não. A gente foi num mercado e a moça do caixa disse que aquele mercado não era ambiente pra nós, os carroceiros, o pessoal do lixão”. [...] Mas isso era logo de início, agora o pessoal já conhece.

A organização e a participação em associações constituem novos processos de relações sociais e de aprendizagens mútuas; produz novas oportunidades. “A organização cooperativa, ao tirar o indivíduo de seu mundo particular, relacionando-o com os outros, [...] desperta a responsabilidade social e a solidariedade, elementos fundamentais ao desenvolvimento do ser humano e de seus espaços de vida” (FRANTZ, 2013, p. 89).

A visualização e o reconhecimento da importância do trabalho dos catadores ocorrem, também, paulatinamente, a partir das novas relações que vão estabelecendo por meio das viagens e encontros. Isso transparece na entrevista com a Catadora 2: “eu já fui conhecer vários lugares. Na Expocatadores¹¹ eu vô, esse ano. [...] Antes, eu não viajava pra lugar nenhum, meu marido também não”. Organização e participação produzem novos espaços sociais. “Nesses lugares sociais as pessoas desenvolvem sentimentos, ideias, valores, comportamentos, conhecimentos, aprendizagens, estruturas de poder de atuação, através do qual se comunicam e se influenciam” (FRANTZ, 2013, p. 89). Nesse processo, se constituem em sujeitos com maior autonomia. “A organização cooperativa abriga um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam” (FRANTZ, 2013, p. 89).

Esse novo conhecimento que vão adquirindo, a partir do momento que vão estabelecendo novas relações, modifica a percepção que têm a respeito das situações e das pessoas externas. A entrevista com a Catadora 2 expressa isso: “no começo, chegou a D. Marlene¹² pra organizar [legalmente a associação] e o meu marido era bruto, ele não queria saber de conversa. Elas chegavam lá, ele disparava nelas e eu também, não queria conversar”. Conhecimento e reconhecimento são construções sociais. Aos poucos, vão percebendo os benefícios que a participação implica. Inicialmente, entendem que é perda de tempo, pois na visão da maioria deles, participar de reuniões e eventos é um tempo a menos para o trabalho. Entretanto, vão percebendo a necessidade de negociação, de participação.

¹¹ Evento anual que ocorre no final de dezembro em São Paulo-SP.

¹² Nome fictício. Assessora da Fundação Luterana de Diaconia, entidade que financia projetos sociais.

Campos (2000, p. 43) observa que um sistema de gestão compartilhada depende de “capacidade de direção”, envolvendo todas as pessoas que participam de um coletivo. Essa capacidade precisa ser construída pelos processos de participação em eventos, reuniões, atividades concretas do trabalho e comunicação dos envolvidos. Foi assim que a Catadora 1 percebeu que participando de espaços de integração social com outros catadores poderia denunciar a situação caótica em que se encontravam os catadores em sua cidade.

Aí eu comecei a tê oportunidade de participá em outras cidades, noutros espaços. Ocupá espaço fora da cidade e comecei a falar mal de Uruguaiana. Tudo que era espaço que eu ocupava eu falava mal, levava foto, vídeo, mostrava a situação. Aí, aquilo foi sensibilizando as pessoas e envergonhô os gestores, pra dá mais valor pra aquilo que tava acontecendo. Mas não foi porque eles quisésse, tivesse interesse, foi por vergonha... de que eu tive que saí de lá pra mostrá o que realmente tava acontecendo, lá.

Além da importância de ocuparem os espaços de participação, outro ponto importante é o de conquistarem a confiança das pessoas. Confiança nas relações sociais também é uma construção em mútuo sentido, conforme expressa o Catador 1:

Olha, pra ti pegá a confiança com uma pessoa, às vezes demora até cinco, dez anos. Agora, pra ti perdê, uma palavra chega. Esses dia, estourou a caixa do caminhão [da associação] e deu R\$6 mil reais. E eu não tinha esse dinheiro, a associação não tinha. E o mecânico arrumô igual, na confiança, porque sabe que nós pagâmo.

A confiança é uma construção no sentido de desassociar a figura do catador de estigmas e preconceitos, em relação ao seu trabalho, para o qual a organização e a infraestrutura podem contribuir, à medida que se insere e é reconhecido em processos locais de desenvolvimento: “a organização cooperativa carrega dentro dela a força política que permite recolocar o ser humano, e não o capital, no centro da dinâmica da economia” (FRANTZ, 2013, p. 98). No caso concreto das associações pesquisadas foi possível observar que, quando possuem uma estrutura adequada – galpão, equipamentos –, apropriam-se do trabalho, assumem-se como catadores, no sentido de avançar nessa atividade. O fato de possuírem uma estrutura material, bem como o uso de uniformes, confere-lhes um pertencimento de grupo e respeito perante a comunidade. “Na prática cooperativa podem-se desenvolver sentidos não apenas instrumentais, em termos de economia, mas que tenham significados para a vida das comunidades de sua inserção operacional” (FRANTZ, 2013, p. 89).

Com relação à observância de uma *ação contínua* foi possível percebê-la por parte dos entrevistados e nas associações visitadas. A maioria dos catadores frequenta regularmente o trabalho, deixando de ir trabalhar apenas por motivos de doença ou em períodos de baixa demanda de materiais quando a renda diminui e, por conseguinte, precisam buscar outras alternativas, como trabalhar em safras. A maioria se apropria da função que lhes cabe, seja de separar, prensar, enfardar, carregar o caminhão, negociar a venda, entre outras. Tarefas que, por serem cotidianamente assumidas, permitem que o empreendimento tenha uma dinâmica contínua de funcionamento.

Quanto às *condições adequadas* de trabalho e aquisição de *tecnologias próprias*, os catadores têm acesso, cada vez mais, mediante recebimento de recursos recebidos do Estado ou de entidades parceiras, como Organizações Não Governamentais, conseguindo estruturar seus espaços de trabalho. Possuem galpões, onde podem trabalhar ao abrigo do sol ou da chuva, podem armazenar os materiais recolhidos para o momento da venda. Geralmente, os espaços são organizados por compartimentos, chamados de baias, que permitem acondicionar os materiais separadamente, conforme a classificação. Mesmo que esses espaços nem sempre sejam os mais adequados, permitem desenvolver as atividades da reciclagem. Para além do desenvolvimento das atividades práticas que um galpão possibilita, esse local torna-se também uma referência para quem trabalha na reciclagem: um endereço de trabalho fixo, que lhes tira da condição de ser alguém que perambula pelas ruas à cata de materiais ou que trabalha num lixão. Observou-se que os galpões, embora apresentem precariedades, contam com uma estrutura de escritório, refeitório e sala para descanso. Além disso, possuem os catadores *tecnologias próprias*, como EPI¹³ (luvas, botas, bonés), uniformes, carrinhos para transportar o material recolhido nas ruas ou nos endereços onde são chamados. Alguns galpões possuem esteiras que facilitam a separação dos materiais para a reciclagem, que vão sendo classificados e colocados em *bags*¹⁴ para serem, posteriormente, colocados na prensa e enfardados, contando para isso com elevadores de fardos. Alguns empreendimentos possuem também caminhões e/ou outros veículos que auxiliam no transporte da coleta, bem como dos associados até seu local de trabalho. Enfim, conforme o empreendimento, o ferramental existente permite condições mais favoráveis para desenvolver o trabalho de separação, enfardamento e sua comercialização.

No tocante ao surgimento de uma *linguagem comum* que denote um pertencimento profissional, observa-se, em cada área profissional, o uso de termos próprios que permitem

¹³ Equipamentos de Proteção Individual.

¹⁴ Sacaria de plástico utilizada para colocar o material que é classificado na triagem.

identificar, a partir da linguagem, a que segmento um profissional pertence. Da mesma forma, os catadores também utilizam termos que os ligam a sua atividade: reciclar, triar, prensar, enfardar, rejeitos, reciclagem, entre outros. Assim constituem lugar social pela linguagem. O novo lugar social que os identifica permite-lhes fazerem planos, organizarem-se para assumirem papéis que, até então, não lhes era possível. Nesse sentido, a Catadora 2 se expressa: Uma coisa importante que eu fiz na associação e que é um desafio [...] Eu sô a coordenadora, então, montá uma diretoria completa, por exemplo, tesoureiro, vice, secretário e a maioria dos papel [documentos da associação] passa por mim.

Com relação aos saberes que desenvolvem por estarem nessa atividade, para além de separar e classificar os tipos de materiais, muitos outros vão sendo incorporados ao seu cotidiano. E vão aprendendo uns com os outros. A Catadora 1, que é coordenadora do galpão de uma das associações, desenvolveu vários conhecimentos e agora ensina seus colegas, conforme diz: “A maioria dos catadores hoje são analfabetos [...]. Eles vão adquirindo conhecimentos no trabalho deles, nos seminários, nas leis. Até mesmo o conhecimento de separá o material, do conservadorismo do ambiente em que vive, né”.

Os saberes dos catadores forjam-se na atividade prática da catação e, por isso, muitas vezes, não são considerados como saberes válidos pelo viés científico. Entretanto, na visão de Santos (2006, p. 18), é preciso voltar a perguntar sobre o valor atribuído ao “conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou coletivos, criamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório e falso”. Freire (2005, p. 78) ensina que “ninguém educa ninguém. Os homens se educam mediatizados pelo mundo”.

Pela observação da autora e pelas manifestações dos catadores, a partir de suas atividades, pode-se afirmar que incorporam novas formas de vida, seja pela nova linguagem, seja pelo estabelecimento de novos hábitos que os identifica – e que eles mesmos se identificam – como pertencentes ao espaço da reciclagem. E, também, pela observância de saberes produzidos pelos catadores, que se traduzem na aprendizagem da triagem, classificação dos tipos de materiais, de gestão, de relações entre os pares, comunidade, entre outros.

Tanto com relação à socialização e aos saberes desenvolvidos no trabalho da catação, quanto à contribuição para a emancipação social dos catadores, compreendemos que o fato de o catador se assumir como um trabalhador da área da reciclagem, ir todos os dias ao trabalho, desenvolver um modo de vida, de pensar e sentir, indica a ocorrência de uma emancipação, no sentido de uma autonomia que vão criando em relação aos seus afazeres. A emancipação não

se refere a um estágio, um ápice a que se chega e a partir daí poderá se dizer que se está emancipado. Emancipar é, antes de tudo, a capacidade de romper com paradigmas estabelecidos e constituir-se sujeito.

Nesse sentido, pode-se destacar o que a Catadora 1 afirma e pelo qual é possível observar a emergência de saberes que podem ser considerados emancipatórios.

Tem muita gente se promovendo às custa do catador, pra dizê que cuida do meio ambiente, que tá colaborando. Precisa é reconhecimento pelo trabalho, né, remunerado, porque o catador ainda presta um grande e relevante trabalho pro meio ambiente e não recebe nada.

Isso permite entender “a prática cooperativa como um lugar social e econômico, a partir do qual os homens se fazem sujeitos de seu próprio destino, desde que não se desvie essa prática de sua razão: a economia do humano” (FRANTZ, 2013, p. 88-89). Por sua vez, o Catador 1, referindo-se ao caminhão, conseguiu mediante um projeto enviado à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), para fazer a coleta seletiva no município, mas que ficou relegado a outras funções, uma vez que a prefeitura, na visão dele, burlou a licitação e contratou uma empresa particular para realizar o serviço, assim reagiu: “trabalhamos nove mês com esse caminhão, correndo direto na rua, trabalhamos de graça, sem ganha um pila [da prefeitura]. Diz que era experiência, mas experiência qualquer um tem pra trabalhá”. Com isso, além de conflito, expressa identidade e emancipação.

Observa-se que muitas das conquistas que os catadores vêm obtendo decorrem de embates com autoridades, órgãos oficiais, em manifestações públicas como audiências, fóruns, entre outros espaços em que participam para reivindicar direitos. Esses espaços de conflito, na concepção de Santos (1996, p. 17), fazem parte do “projeto educativo emancipatório” que, por meio de aprendizagens e de conhecimentos conflitantes, produzem “imagens radicais e desestabilizadoras dos conflitos sociais em que se traduziram no passado, imagens capazes de potencializar a indignação e a rebeldia. Educação, pois, para o inconformismo”.

Os catadores, na roda de conversa, afirmaram que as formações contribuíram para avançar em muitos pontos, porém “sentimos falta é de cursos pra formar lideranças novas. Temos que preparar pessoas, porque disso depende o futuro do trabalho dos catadores. A Dona [Catadora 1], por exemplo, não vai viver pra sempre”. Assim, pode-se entender que a emancipação é um processo que os catadores, a partir de suas práticas, paulatinamente, vão incorporando em seu cotidiano, no seu modo de vida, e que vai despertando uma consciência

nova, acerca do que seja o trabalho na reciclagem também em termos futuros: “Eu acho que do tempo que eu comecei lá atrás, há quinze anos, que a reciclagem avançou, e muito. Pra ti vê que a reciclagem é um emprego. [...] É a mesma coisa que trabalhá de empregado”. O Catador 1 manifesta, a partir do seu lugar, uma visão de futuro: “Eu acho que se uma associação tivé um desconto de NPS [INSS], essas coisa, ia sê a mesma coisa que trabalhá numa firma. [...] E eu ainda quero chega lá, de organizá os catador, pra ficarem na reciclagem”.

O pensamento do Catador 1 de que uma associação é, ao mesmo tempo, uma empresa revela que houve uma aprendizagem em relação à forma de ver o empreendimento: não é apenas catar, separar e vender o que pode ser reaproveitado. Necessita organização, gestão, cumprimento de horários e, quando bem organizado, é possível ter garantias sociais. Por sua vez, a Catadora 1 se assume como profissional. Vê nisso um futuro, pois é o que sabem fazer e, com os meios adequados e organização, têm a chance de serem reconhecidos como profissionais da reciclagem: “Os avanços eles passam pela profissionalização, organização, de acordo com o que os catadores, dentro da sua cultura, sabem fazer. [...] Não nos profissionalizamos em escolas, mas, sim, com a escola do mundo e da vida”. Expressa consciência em relação ao processo de profissionalização: “A gente tem que se organizar de acordo com o espaço que a gente toda vida ocupou que foi trabalhar com reciclagem. Se profissionalizar de acordo com aquele conhecimento que a gente adquiriu ao longo do tempo”.

As conclusões a que chega a Catadora 1 dão mostras de um conhecimento de quem aprendeu no cotidiano da vida. Um conhecimento pouco valorizado pela ciência, porque brota do senso comum. Santos (2006, p. 89-90) chama a atenção ao dizer que “o senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas”. Na visão do autor, “o senso comum é interdisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida”.

Certamente, o senso comum expressa saberes e aprendizagens. Considerando que as aprendizagens desenvolvidas na catação contribuem para um processo paulatino e contínuo de emancipação dos catadores por meio da emergência de uma socialização profissional e de saberes profissionais, pode-se concluir que a fala da Catadora 1 resume a ideia de emancipação ao perceber a importância que o conhecimento adquirido e repartido entre os pares tem nesse processo: “Emancipação social é tê o conhecimento próprio, mas também pra

distribuir pros outros, certos conhecimentos que ainda os outros não têm. Isso é emancipação pra mim”.

A afirmação da Catadora 1 de que a emancipação passa também pela questão dos conhecimentos partilhados encontra eco em Santos (2000, p. 52):

Necessitamos de outro tipo de racionalidade, e aí começamos a pensar um tipo de racionalidade mais ampla, precisamente para reinventar a teoria crítica de acordo com nossas necessidades hoje. Uma coisa clara para nós é que não há conhecimento geral; tampouco há ignorância geral. Somos ignorantes de certo conhecimento, mas não de todos. Todo conhecimento se distingue por seu tipo de trajetória, que vai de um ponto A chamado "ignorância" a um ponto B chamado "saber", e os saberes e conhecimentos se distinguem exatamente pela definição das trajetórias pelos pontos A e B. Podemos dizer que na matriz da modernidade ocidental há dois modelos, dois tipos de conhecimento que podem se distinguir da seguinte maneira: o *conhecimento de regulação* e o *conhecimento de emancipação*. A tensão política é também epistemológica.

Certamente, a transformação desse conhecimento de regulação em conhecimento de emancipação é um dos maiores desafios colocados à educação popular e à economia solidária em seus papéis de formação para a inclusão e a emancipação social. A postura educacional adotada nas últimas décadas, tendo Paulo Freire (2005) como referência, tem dado maior enfoque na desconstrução da visão tradicional da educação, firmada em tempos passados. Durante muito tempo, considerou-se como saberes/conhecimentos legítimos apenas aqueles auferidos a partir das descobertas da ciência – adquiridos através de métodos apropriados e passíveis de comprovação empírica – e disseminados pela escola formal, com um currículo pré-estabelecido, um professor conhecedor do assunto. Tudo o que escapasse disso era desconsiderado, criando a figura do especialista *versus* a do ignorante, fato que serviu para legitimar a dominação de uns sobre os outros e acentuar as desigualdades sociais. Especificamente, em relação às aprendizagens dos sujeitos dos processos de reciclagem consideradas aqui são as que já trazem consigo, por meio de suas vivências, as que vão se desenvolvendo a partir dos vários cursos de formação dos quais participam¹⁵, as que se estabelecem a partir da relação com o grupo e no desenvolvimento do seu trabalho.

O trabalho na reciclagem provoca aprendizagens diversas, como o manuseio e a classificação dos diferentes tipos de materiais, a organização da gestão – catação, separação, triagem, prensagem, controles de pessoal, dos turnos, do faturamento, das despesas e da venda

¹⁵ Principalmente as fomentadas pelo Movimento Nacional dos Catadores (MNCR).

dos materiais –, o estabelecimento de novas relações com colegas de trabalho, atravessadores, poder público, entidades de apoio e comunidade.

A respeito da socialização profissional dos catadores é importante considerar que as aprendizagens que vão se efetivando a partir do trabalho na catação, influenciam diretamente naquilo que eles se tornam, contribuindo, inclusive, para se assumirem ou não como um trabalhador, um catador profissional de materiais recicláveis. Importante considerar também os fatores de ordem subjetiva relativos às experiências incorporadas pelos sujeitos no decorrer de suas vidas, tais como socialização familiar, classe social, escolaridade e trabalho. As marcas da exclusão que carregam consigo dificultam, muitas vezes, que eles se vejam como profissionais.

Para Dubar (1997, p. 105-106), a identidade é o “resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições”. Assim, a identidade profissional construída a partir da socialização secundária do indivíduo, portanto, é um fenômeno complexo, marcado por continuidades e descontinuidades, contendo o que se designa por identidade herdada e identidade atribuída ao sujeito pelos outros. A identidade de todo e qualquer ser empírico depende da época considerada e é historicamente variável (DUBAR, 2009, p. 13). Nesse sentido, a identidade profissional desempenha um papel fundamental, pois será sempre forjada num jogo de interações sociais, que envolvem o contexto organizacional, as características biográficas do indivíduo e os seus percursos formativos.

Conforme Santos (2011, p. 44), “não é uma coisa, mas é assumida como um processo em que a valorização, o reconhecimento e a confirmação dos outros impulsiona uma negociação interna (subjetiva) e externa (objetiva) de nós mesmos, na forma como nos vemos e nos assumimos”. Perder uma identidade social, como a profissional, por exemplo, repercute de forma irremediável na concepção que se tem de si mesmo, sendo necessária a construção de uma nova história de vida e novas relações sociais. “O ‘eu’ que conhecia até então desapareceria e daria lugar a um outro”. Essa afirmação de Santos encontra complementação em Dubar (1997, p. 13), que diz que o que alguém tem de mais precioso é sua identidade, perdê-la “é sinônimo de alienação, de sofrimento, de angústia e de morte”.

As afirmações de Santos e Dubar remetem a pensar a questão identitária dos catadores que, anteriormente, reconheciam-se em outro trabalho, mesmo que em atividades precarizadas. Para dar continuidade ao sustento, eles entram para o trabalho da catação, um trabalho considerado degradante pelas condições óbvias de associação com lixo, sujeira e mau

cheiro. Nesse novo lugar, apesar das novas aprendizagens e relações que vão desenvolvendo, muitos ainda se veem e são vistos de forma estigmatizada, conforme relatos. Porém, enquanto buscam uma saída, reconstróem sua identidade profissional, obrigando-se a estarem mais preparados, a se qualificarem para o mundo do trabalho, a desenvolverem saberes profissionais e aumentarem sua capacidade de decisão sobre os processos de produção.

O conceito de *refugo humano*, utilizado por Bauman (2005), expõe a situação vivida também por inúmeras pessoas que sobrevivem da catação. Pelos parâmetros da sociedade atual são considerados sujeitos apenas aqueles que têm poder de consumo, que conseguem colaborar para manter a lógica desse sistema. Nessa perspectiva, os catadores, principalmente os que não conseguem se organizar coletivamente, são considerados os *consumidores falhos*, os *refugos humanos*, pois “as pessoas cujas formas de subsistência ortodoxas e forçosamente desvalorizadas já foram marcadas para a destruição, [são] elas próprias assinaladas como refugo” (BAUMAN, 2005, p. 76-77).

Carregar as marcas de ser alguém *refugado*, de alguém que não serve para mais nada, pode impactar na construção do processo de socialização e emancipação. Assim, refletir acerca dessas questões, certamente, passa também pelo caminho da educação, principalmente a educação concebida na perspectiva freireana, entendida como metodologia capaz de problematizar com os excluídos a sua situação no mundo para, a partir daí, encontrar soluções possíveis para o enfrentamento daquilo que os oprime, o que já seria o caminho para uma possível emancipação. A concepção de *emancipação* de Santos (2006, p. 9) visa fortalecer um novo paradigma que estimula a emancipação social, destituindo verdades legitimadas pela ciência, pois “todo conhecimento científico é socialmente construído e o seu rigor tem limites inultrapassáveis e a sua objetividade não implica na sua neutralidade”. Entende o autor que a racionalidade ocidental fez emergir uma razão, que ocasionou as diversas monoculturas de tempo, de saber, de naturalização das diferenças, das escalas dominantes e do produtivismo capitalista, todas elas responsáveis por incutirem no imaginário social a figura do ignorante, do residual, do inferior, do local e do improdutivo, adjetivos que, geralmente, são atribuídos aos catadores. No sentido inverso dessa racionalidade, sugere uma ecologia dos saberes, inclusive os populares, das temporalidades, dos reconhecimentos, da produtividade, que permitem valorizar, assim, as iniciativas da economia das associações dos recicladores de materiais descartáveis (SANTOS, 2007, p. 9).

Na contramão da racionalidade ocidental, Santos (2007, p. 41) propõe uma “epistemologia do sul”, que considera a racionalidade dos conhecimentos e saberes locais, que permitem “observar a riqueza e não desperdiçar as experiências sociais produzidas ao

redor do mundo, sobretudo no Sul, *lócus* que historicamente sofre com processos de exclusão e discriminação”. Na visão do autor, é necessário “defender a igualdade sempre que a diferença gerar inferioridade e defender a diferença sempre que igualdade implicar descaracterização” (SANTOS; NUNES, 2004, p. 47-48). Santos (2000, p. 27) afirma que o multiculturalismo, por meio da sociologia, tornou “as diferentes lutas mutuamente inteligíveis, permitindo aos “atores coletivos ‘conversarem’ sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam”. Assim, é nessa importância do *conversar* que se concebe a contribuição das histórias de vida dos catadores, pois ao contarem sobre si têm a possibilidade de reelaborarem a sua historicidade, o seu lugar social.

Para Amado (2014), p. 170, ela “representa também uma estratégia de formação, em que o que se aprendeu e experienciou na vida [...], revela-se como um processo dinamizador de novos percursos e metas de vida”. De acordo com Freire (2011, p. 44) “quanto mais as massas populares desvelam a realidade [...] tanto mais se ‘inserirem’ nela criticamente”. A importância da educação popular, nesse sentido, está no fato de que, segundo Freire (1979, p. 22), “o homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para a transformar”. É a práxis – ação-reflexão-ação – possibilitada pelo *saber de experiência feito* (FREIRE, 2002, p. 71). A Educação Popular permite a compreensão de um processo formativo em que os catadores para desenvolverem suas aprendizagens precisam partir de situações cotidianas concretas, que partem da experiência deles – perceberem-se como excluídos – para tornarem-se sujeitos críticos. Assim, os catadores de materiais recicláveis, considerados *refugos* humanos, quando organizados, na perspectiva da educação popular, têm a possibilidade de desenvolverem uma socialização profissional e saberes profissionais que lhes possibilita a emancipação social.

Considerações finais

A observação das atividades no trabalho da catação desenvolvidas por catadores de materiais recicláveis permite identificar a emergência de uma socialização profissional, de aprendizagens e saberes que, somados, podem possibilitar um processo de autonomia e emancipação social, como trabalhadores profissionais. Os dados colhidos, a partir das entrevistas, isto é, dos relatos de vida, permitem concluir que uma socialização profissional está ocorrendo entre os catadores, que pode ser percebida pelo desenvolvimento de uma *ação contínua* de ida regular ao trabalho, de *condições adequadas e tecnologias próprias* de

trabalho, devido a um espaço próprio, como o galpão da reciclagem e equipamentos de prensa, esteiras, elevadores, EPI. E, ao mesmo tempo, por meio da observância de uma *linguagem comum*, em que passam a verbalizar termos e conceitos relativos à reciclagem que expressam um domínio de saberes construídos nessa prática.

Para além disso, expressam novas formas de se verem e de serem vistos não mais como mendigos ou “vagabundos”, mas como trabalhadores necessários. Trata-se de nova racionalidade, na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, pois são os excluídos, os pobres, mostrando como se faz, como se cuida, como se ganha vida, a partir daquilo que para muitos não passa de lixo, desenvolvendo uma criatividade por reaproveitar, de retirar daquilo que se considera inútil, sobrevivência.

Se antes faziam apenas por sobrevivência, por falta de outra alternativa, agora percebem que precisam se profissionalizar, o que implica em adquirir novos conhecimentos que, somados ao que já desenvolveram nessa atividade, poderão lhes dar outro lugar social: de excluídos a incluídos. Esses novos saberes vêm sendo forjados na prática da catação, nos eventos que participam, onde, paulatinamente, desenvolvem consciência crítica acerca da sua prática.

À guisa de conclusão, entende-se que é importante continuarmos estudando iniciativas populares que se baseiam na educação popular e na economia solidária, verificando de que forma elas vêm contribuindo efetivamente para a emancipação social, mediante a constituição de saberes e sujeitos coletivos em atividades de catação de materiais recicláveis. Embora o estudo em questão tenha tomado por objeto de estudo a situação vivida por catadores de materiais recicláveis, o mesmo se aplica a situações vivenciadas pelos demais sujeitos excluídos.

Referências

AMADO, J. (coord.). **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. Doi: 10.14195/978-989-26-0879-2.

BARROS, A. de M. **Die Dynamik der offiziellen Anerkennung prekärer Arbeit: Eine Fallstudie über die Inklusion von Wertstoffsammlerinnen und Wertstoffsammlern in die Abfallwirtschaft im Rahmen des Schließungsprozesses der Metropoldeponie Jardim Gramacho, Bundesstaat Rio de Janeiro, Brasilien**. 2015. 229 f. Tese (Doutorado em Economia e Ciências Sociais) – Universidade de Osnabrück, Alemanha, 2015.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 15 maio 2020.

CAMPOS, G. W. de S. **Um método para análise e cogestão de coletivos:** a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições: o método da roda. São Paulo: Hucitec, 2000.

DANTAS, A. A atualidade do mundo de Carolina. *In:* JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. p. 6-8.

DUBAR, C. **A crise das identidades:** a interpretação de uma mutação. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: EDUSP, 2009.

DUBAR, C. **A socialização:** construção das identidades sociais e profissionais. Tradução de Annette P. R. Botelho e Estela P. R. Lamas. Porto, Portugal: Porto Editora, 1997. (Coleção Ciências da Educação).

FRANTZ, W. A educação para a cooperação no caminho do desenvolvimento. *In:* BRAYNER, F. (org.). **Educação popular:** novas abordagens, novos combates, novas perspectivas. Recife: Editora da UFPE, 2013. p. 77-91.

FRANTZ, W. Education in co-operative practice. *In:* SZÉLL, G.; BOESLING, C. H.; SZÉLL, U. (org.). **Labour, education & society:** perspectives for the 21st Century. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2008. p. 93-105.

FREIRE, P. 49. ed. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Conscientização:** Teoria e prática da libertação. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Informalidade atinge 41,6% dos trabalhadores no país em 2019.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019#:~:text=Economia-IBGE%3A%20informalidade%20atinge%2041%2C6%25%20dos,trabalhadores%20no%20pa%C3%ADs%20em%202019>. Acesso em: 15 jan. 2021.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação.** Prefácio de António Nóvoa. Tradução de José Claudino e Julia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004.

LENSKI, G. **Macht und Privileg:** eine Theorie der sozialen Schichtung. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1977.

LISBOA, C. Os que sobrevivem do lixo. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, Ano 10, n. 77, p. 58-63, 2013. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2941:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 15 maio 2020.

MARQUES, M. O. **A aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência**. 3. ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2006.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. v. 1. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, B. de S. Para uma pedagogia do conflito. *In*: SILVA, L. H. AZEVEDO, J. C. de; SANTOS, E. S. dos. **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 15-33.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. de S.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. *In*: SANTOS, B. S. (org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Porto: Afrontamento, 2004, p. 20-51.

SANTOS, C. C. **Profissões e identidades profissionais**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. Doi: 10.14195/978-989-26-0237-0.

SCARIOT, N. **Catador não é lixo, não! Catador é lixo, sim!**: o caso ACATA Ijuí. Saarbrücken, Germany: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SANTOS, B. de S. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 81-129.

SOUZA, T. Z. de; VASCONCELOS, V. O. de. Escravidão em Uberaba em diálogo com a educação popular. *In*: BRAYNER, F. (org.). **Educação popular**: novas abordagens, novos combates, novas perspectivas. Recife: Editora da UFPE, 2013. p. 27- 42.

Submetido em 3 de novembro de 2020.

Aprovado em 20 de dezembro de 2020.